

# António Teixeira, ex-Presidente da SATA

## Aluguer do “Cachalote” foi uma aquisição “mal pensada”

O antigo Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA, António Luís Teixeira, admitiu ontem que o aluguer do avião A330, baptizado de “Cachalote”, que gerou 40 milhões de euros de prejuízos, “foi mal pensada”.

“Foi uma aquisição mal pensada e mal projectada, porque mesmo no período em que [o avião] era mais utilizado, que era nos dois ou três meses de Verão, não conseguia inverter a situação, em termos de custos, durante os restantes nove ou 10 meses do ano”, explicou o ex-administrador da empresa, durante uma audição na Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão da SATA, reunida em Ponta Delgada.

António Luís Teixeira, que foi Presidente do Grupo SATA entre Julho de 2018 e Outubro de 2019, lembrou que quando a sua equipa assumiu funções foi confrontada com a necessidade de suspender as viagens do A330 (alugado dois anos antes pela anterior administração), devido aos elevados custos de operação e manutenção.

“Os pressupostos para a compra do “Cachalote” não se verificaram”, insistiu o antigo CEO da companhia aérea regional, adiantando que a Administração da empresa concluiu que “o avião não se adequava à operação da Azores Airlines”.



Um dos objectivos da Comissão Parlamentar de Inquérito à SATA, criada pela Assembleia Legislativa dos Açores, é perceber quem foram os responsáveis pela escolha do avião A330, para a realização de voos internacionais, que custou à transportadora açoriana mais de 40 milhões de euros, apesar de ter estado parado durante cerca de dois anos.

Na audição parlamentar, o antigo Presidente da SATA admitiu que não foi capaz de reduzir os resultados ne-

gativos da empresa, referindo as “rotas deficitárias” que a Azores Airlines teve de realizar, entre Lisboa e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria, ao abrigo das obrigações de serviço público, mas sem participação financeira do Estado.

“Quando nós somos obrigados a fazer a ligação Açores/continente no Faial, Pico e Santa Maria sem sermos ressarcidos pelos custos que directa e indirectamente implicam para o Grupo SATA, obviamente que estamos a ope-

rar rotas deficitárias”, realçou António Luís Teixeira, lembrando que só nessas rotas estariam 10 milhões de euros de prejuízos.

Questionado sobre se foi alvo de “ingerências” ou “interferências” do Governo Regional de então, liderado pelo socialista Vasco Cordeiro (actual líder da oposição nos Açores), o ex-administrador da companhia aérea disse que se recorda mais das “pressões” dos partidos da oposição, da comunicação social, de alguns autarcas e até dos sindicatos.

Além de António Luís Teixeira, os deputados que integram a Comissão de Inquérito, em representação dos oito partidos com assento parlamentar (PS, PSD, CDS-PP, PPM, BE, CH, IL e PAN), tinham também agendada para ontem a audição do antigo administrador Paulo Menezes, que presidiu à SATA entre Dezembro de 2015 e Julho de 2018. A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada por proposta do deputado único do Chega nos Açores, José Pacheco, com o objectivo de “analisar as causas do significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do Grupo SATA entre 2013 e 2019”, bem como “o exercício da tutela política no Grupo SATA e o desempenho dos órgãos sociais das empresas”, entre 2020 e 2022.

## Vai haver um novo concurso para a construção da cadeia de Ponta Delgada

Um novo concurso para a cadeia da ilha de São Miguel vai ser lançado até ao final do ano, anunciou ontem a Ministra da Justiça, assegurando que a construção do estabelecimento vai arrancar até 2027.

Em declarações aos jornalistas, Catarina Sarmento e Castro adiantou que a nova cadeia da maior ilha açoriana está contemplada no Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027, que prevê 200 milhões de euros para todo o país.

“Completando aquela primeira fase que foi a de remoção das bagacinas e resolução da questão judicial que de alguma forma emperrou o andamento desse processo, agora estamos em condições, previsivelmente até ao final do ano, de podermos lançar o novo concurso”, afirmou a ministra.

A governante, que falava após a assinatura de um protocolo com a Cruz Vermelha em Ponta Delgada, realçou que o novo projecto resulta da uma exigência judicial.

“Tem de ser feito um novo projecto. É isso que o tribunal determina: que seja lançado um novo concurso para um novo projecto”, assinalou.

O projecto do novo Estabelecimento

Prisional de São Miguel foi apresentado em Novembro de 2018, mas uma decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul determinou a aprovação de um novo concurso.

Quando questionada, a Ministra garantiu que a construção da nova cadeia vai começar até 2027 “com certeza”.

“Desde que a construção pública não sofra nenhum percalço, estou absolutamente certa de que a construção avançará antes de 2027. É isso mesmo que está previsto”, salientou.

Catarina Sarmento e Castro destacou as obras no actual Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, como a construção de uma ala feminina, e adiantou que aquela prisão vai continuar a sofrer obras de beneficiação.

Segundo disse, o Plano de Investimentos na Justiça prevê intervenções na cadeia de apoio da Horta, no Faial, estando já celebrado um protocolo com o município para “concretizar as obras necessárias para a remodelação já em 2024”.

O Ministério prevê ainda a requalificação dos tribunais de Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, Ponta Delgada e Ribeira Grande, além



da continuidade da obra em curso no tribunal de Angra do Heroísmo.

“A obra de Angra do Heroísmo já está no terreno, é uma obra de substância. As outras contamos lançar os concursos já a partir do final do ano, com obra no terreno a partir de 2024”, afirmou.

Na ocasião, a Ministra da Justiça enalteceu o protocolo firmado com a delegação de São Miguel da Cruz Vermelha, que vai permitir apoiar os trabalhadores dos estabelecimentos prisionais, bem como os reclusos e famílias.

A delegada regional dos Açores da Cruz Vermelha revelou que a primeira acção resultante do protocolo vai acontecer em Novembro, com sessões de “socorro psicológico” para os guardas prisionais e outros agentes.

“O compromisso da Cruz Vermelha Portuguesa é de total disponibilidade para com as pessoas e entidades, suprimindo necessidades identificadas, minimizando o sofrimento e promovendo o bem-estar psicossocial”, declarou Manuela Filipe.